

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDOS: TRAJETÓRIA SOCIAL DAS PESSOAS SURDAS (RELATO DE EXPERIÊNCIAS)

Sueli Lima Santana

Pedagoga, concluinte do Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade EJA, professora do Centro de Apoio Pedagógico a Pessoas com Deficiência Visual-CAP/DV, professora da Sala de Recurso Multifuncional da Escola Municipal Martinha Thury Vieira
sai santana@ibest.com.br

RESUMO

O presente artigo ressalta a importância do estudo sobre as questões curriculares na educação da pessoa surda. Desde uma abordagem sócio-cultural, aprofunda-se a relevância significativa que o professor assume no processo educacional do aluno surdo. Objetiva favorecer reflexões sobre o processo ensino e aprendizagem numa perspectiva curricular flexível que atenda e respeite as diferenças e diversidades e contemple o aspecto sócio-histórico-cultural do indivíduo. O texto é resultado de pesquisa bibliográfica e docência em uma turma de Educação de Jovens e Adultos - EJA, 1º segmento com alunos surdos. Tem por finalidade, provocar reflexões sobre o tema em questão e incentivar o leitor a aprofundar estudos sobre o mesmo.

PALAVRAS - CHAVE

Currículo. Educação. Ensino. Aprendizagem. Cultura.

ABSTRACT

This article highlights the importance of the study on the issues in education curricula of the deaf. From a socio-cultural approach, deepens the significance that the teacher in the educational process of deaf students. It aims to encourage reflections on the assumes teaching and learning process in a flexible curriculum that meets and respects the differences, the diversity and includes the socio-historical and cultural of the individual. The text is the result of literature search and teaching in a class of EJA, first segment with deaf students. Its has as purpose making reflections on the topic in question and encourage the reader to further studies on it.

KEYWORDS

Curriculum. Education. Teaching. Learning. Culture.

RESUMEN

El presente artículo resalta la importancia del estudio sobre el tema en los programas de educación de sordos. Desde un punto de vista socio-cultural, hacia la relevancia significativa que el profesor asume en el proceso educacional del alumno sordo. Su objetivo es fomentar la reflexión sobre el proceso de enseñanza y aprendizaje en el currículo flexible que cumple y respeta las diferencias, las diversidades e incluye aspecto socio-histórico e culturales. El texto es resultado de una búsqueda bibliográfica del profesor de una clase de Educación de Jóvenes y Adultos - EJA, 1ª segmentación con estudiantes sordos. Su propósito, es promover un reflexión acerca del tema y incentivar al lector la búsqueda de nuevos estudios del tema.

PALABRAS CLAVE

Curriculum. Educación. Educación. Aprendizaje. Cultura.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe-se a fazer uma análise da trajetória histórica da educação escolar dos surdos no Brasil, considerando que a educação foi o quesito que mais contribuiu para melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil, segundo o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – (PNUD, 2000).

Neste contexto, o artigo fornecerá elementos úteis para uma maior reflexão sobre a trajetória da educação da pessoa surda no Brasil e como se encontram inseridos nas instituições de ensino. Traz também um relato de experiência docente numa turma de Educação de Jovens e Adultos de alunos surdos na Escola Estadual de Audiocomunicação, no município de Boa Vista/RR.

TRAJETÓRIA SOCIAL DAS PESSOAS SURDAS

A trajetória social das pessoas surdas sempre esteve dialeticamente implicada com a concepção de homem e cidadania ao longo dos séculos. A rigor, a história da educação de surdos no Brasil é um pequeno capítulo da longa história das sociedades em todo o mundo. Nas civilizações grega e romana, por exemplo,

as pessoas surdas não eram perdoadas, sua condição custava-lhes a vida. Posteriormente, há o reconhecimento de que não há surdez absoluta e que os restos auditivos podem ser utilizados e desenvolvidos. No entanto, as pessoas surdas, ao longo do caminho, enfrentam descrédito, preconceito e piedade.

Segundo Skliar (1997, p. 109):

existiram dois grandes períodos na história da educação dos surdos: um período prévio, que vai desde meados do século XVIII até a primeira metade do século XIX, quando eram comuns as experiências educativas por intermédio da Língua de Sinais, e outro posterior, que vai de 1880, até nossos dias, de predomínio absoluto de uma única “equação” segundo a qual a educação de surdos se reduz a uma língua oral

Durante muito tempo, as discussões a respeito da educação escolar de surdos foram impregnadas de uma visão médico-clínica. Essa postura foi assumida pela filosofia oralista, que acreditava na normalização, preconizando a integração e o convívio dos portadores de surdez com os ouvintes somente através da língua oral. Com a busca da equivalência ao ouvinte, priorizou-se o ensino da fala como centralidade do trabalho pedagógico. A metodologia foi pautada no ensino de palavras e tais atitudes respaldaram-se na alegação de que o surdo tinha dificuldade de abstração.

Aprender a falar tem um peso maior do que aprender a ler e escrever. Assim, o surdo passou a ser considerado como deficiente auditivo que deveria ser curado, corrigido, recuperado. Com a valorização da modalidade oral, o oralismo tornou-se hegemônico, e a língua de sinais foi considerada ‘tradicional’ e ‘científica’. Segundo essa visão, a utilização de sinais levaria a criança surda à acomodação e a desmotivaria para a fala, condenando-a a viver numa subcultura, isto é, numa condição de vida alheia à sociedade dos ditos “normais”. A consequência dessa filosofia educacional, o oralismo, passa a ser observada por meio dos resultados de pesquisas e do esmagador fracasso acadêmico em que o surdo era inserido.

O Oralismo e a supressão do Sinal resultavam numa deterioração dramática das conquistas educacionais das crianças surdas e no grau de instrução do surdo. Com os avanços das pesquisas científicas e, conseqüentemente, de novas experiências tecnológicas e pedagógicas, muitos dos surdos, do final do século XX, vêm, pouco a pouco, superando a condição de iletrados funcionais, ou seja, da *classe* de sujeitos cognitivamente incompletos.

Um estudo realizado pelo Colégio Gallaudet em 1972 revelou que o nível médio de leitura dos graduados surdos de dezoito anos em escolas secundárias

nos Estados Unidos era equivalente apenas à quarta série; outro estudo, efetuado pelo psicólogo britânico R. Conrado, indica uma situação similar na Inglaterra, com os estudantes surdos, por ocasião da graduação, lendo no nível de crianças de nove anos.

No Brasil, constata-se que a grande maioria dos surdos submetidos ao processo de oralização não fala bem, não faz leitura labial, nem tampouco participa com naturalidade da interação verbal, pois há uma discrepância entre os objetivos do método oral e os ganhos reais da maioria dos surdos. Apenas uma pequena parcela da totalidade de surdos apresenta habilidade de expressão e recepção verbal razoável. Os profissionais e a comunidade surda reconhecem as defasagens escolares, que impedem que o surdo adulto participe do mercado de trabalho. Em todo o Brasil, é comum haver surdos com muitos anos de vida escolar nas séries iniciais sem uma produção escrita compatível com as séries, além da defasagem em outras áreas.

Essa realidade de fracasso é, enfim, o resultado de uma gama complexa de representações sociais, sejam históricas, culturais, lingüísticas, políticas, todas respaldadas em concepções equivocadas que reforçam práticas em que o surdo é condicionado a superar a deficiência, buscando tornar-se igual aos demais.

Com a constatação de tais realidades e dos resultados apresentados pelos surdos, o bilingüismo e as questões implicadas nessa proposta educacional apresentam-se como uma forma de subsidiar a reflexão sobre a educação da pessoa surda. A educação bilíngüe nessa concepção é uma proposta de ensino que preconiza o acesso a duas línguas no contexto escolar, considerando a língua de sinais como língua natural e partindo desse pressuposto para o ensino da língua escrita. A proposta bilíngüe busca resgatar o direito da pessoa surda de ser ensinada em sua língua, a língua de sinais, levando em consideração os aspectos sociais e culturais em que está inserida.

Cabe acrescentar que o marco na educação da pessoa surda encontra-se na Declaração de Salamanca, de 1994, documento de referência mundial e orientador do processo de inclusão. Em relação à situação do surdo, destaca a importância de uma educação pautada no direito e reconhecimento da língua natural do indivíduo, que lança um novo olhar sobre a inclusão, no sentido de ampliar essa noção: “Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais”.

Ao debruçar-me sobre o tema, surpreendi-me com a trajetória da educação dos surdos, que transcorre sob um lastro de preconceito, paternalismo, descrença e, sobretudo, descaso.

EXPERIÊNCIA DOCENTE COM ALUNOS SURDOS NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Durante a minha convivência com alunos surdos na Escola de Audiocomunicação – Escola Especializada em Educação de Surdos no município de Boa Vista/RR, onde atuei como professora, no período de setembro de 2003 a dezembro de 2004, detive-me em reflexões sobre o modelo ideologizante e estereotipado dos profissionais da saúde e da educação, qual seja, as construções de significados e narrativas que foram construídas sobre os surdos. Constatei a imensa luta da comunidade surda na construção e busca de autonomia e poder do seu grupo e da sua auto-determinação, em outras palavras, na defesa de uma cultura surda e de uma educação inclusiva.

Cabe ressaltar que a minha experiência docente em Educação Especial sempre foi, efetivamente, junto a pessoas com alguma Deficiência Mental. Com surdos, cegos, baixa visão e pessoas com deficiência física, a minha prática profissional sempre foi como Assessora Pedagógica.

Assumi uma sala de aula com alunos surdos, sem dominar a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – em uma turma de 4ª série, heterogênea, com alunos com uma faixa etária que variava entre 10 e 32 anos. Foi um imenso desafio. No decorrer das aulas, percebi o constrangimento e o desestímulo dos alunos mais velhos: eles não se sentiam à vontade numa sala onde havia crianças; sentiam-se envergonhados. Trabalhamos durante um semestre, tentando contornar as diferenças existentes.

A vontade de trabalhar e ajudá-los a conquistar seu espaço na sociedade levou-me a, junto com algumas professoras e gestores da escola, elaborar um Projeto de criação de duas turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA para que os alunos na faixa etária dessa modalidade se interessassem pelos estudos. Sabe-se que dificilmente a família permite que seu filho com deficiência estude à noite, por medo ou comodismo.

Desse modo, assumi a turma de EJA, no segundo semestre de 2003. A turma estava composta por sete alunos, na faixa etária entre 19 e 32 anos, dois dos quais com múltipla deficiência–surdez e deficiência mental e surdez e baixa visão. Este “perfil” me ajudou bastante nessa trajetória, me impulsionou a estudar e pesquisar profundamente sobre a educação escolar da pessoa surda.

Nessa trilha, contei com a ajuda deles que, com muita paciência, me ensinavam os sinais que eu não sabia. Foi um processo de mútua aprendizagem, onde eu ensinava e aprendia com eles. Essa experiência levou-me a constatar que a dificuldade em trabalhar com os surdos é “nossa”, isto é, plural. Profissionais da

educação que não acreditam no potencial deles, não podem temer o conhecimento das propostas metodológicas que facilitem o processo ensino-aprendizagem do aluno surdo. Mas, em face da realidade posta, sequer nos preocupamos em atender às determinações legais da Educação Especial formuladas pelo Conselho Nacional de Educação, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução nº 02/2002 do CNE):

Educação Especial, modalidade de educação escolar, entende-se como um processo educacional que se materializa por meio de um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns de garantir a educação formal e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, diferentes da maioria das crianças e jovens, em todos os níveis e modalidades de educação e ensino.

Nessa definição estão apontados aspectos fundamentais relativos às concepções de práticas educacionais a serem dirigidas aos alunos com necessidades especiais, destacando-se: a adoção de recursos e serviços educacionais no sentido de proporcionar condições favoráveis ao processo educacional, ante as especificidades dos educandos; a abrangência das ações, que devemos desenvolver em diferentes níveis e modalidades de educação escolar, particularmente no ensino.

Outro horizonte pode vir do princípio norteador onde se tem a concepção de uma escola inclusiva. Nele, inscreve-se a garantia do atendimento às *diferenças humanas*. Para tanto, a Legislação prevê que os serviços de educação escolar sejam ofertados no ensino regular (...), em classes comuns ou em classes especiais em qualquer etapa ou modalidade da educação básica, devendo as escolas oferecer em sua organização, atividades em classes comuns com professores capacitados para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos com o apoio de professor de Educação Especial e, se for o caso, do *intérprete de língua de sinais/língua portuguesa*, em concordância com o projeto pedagógico da escola.

Na convivência cotidiana dentro de espaços intra e extras escolares, constatei o quanto o surdo sofre por ser discriminado. O surdo tem, mesmo, é vontade de estudar em classe comum, ou seja, ter oportunidade de escolher efetivamente sua educação por meio da língua portuguesa e da língua de sinais, com base em seu histórico de vida e na opção dos pais e dele próprio.

CONCLUSÃO

Tenho consciência de que o desafio é imenso. As dificuldades para incluir o aluno surdo em classes comuns perpassam por uma série de fatores tais como elaboração de políticas públicas, disponibilidade de recursos materiais e humanos, equipamentos específicos, entre outros. Acredito que o maior obstáculo é a concepção de homem, pois quando queremos, quando acreditamos no potencial do surdo, conseguimos iniciar o processo inclusivo. E isso eu pude comprovar com o resultado do trabalho desenvolvido na turma sob minha responsabilidade.

Esse trabalho não aponta modelos, mas sugere perspectiva de mais discussões e estudos sobre o tema, além de possibilitar reflexões dos processos inclusivos de comunidades surdas no sistema regular de ensino e na Modalidade EJA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Especial. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Vol. 1 e 2. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

_____. _____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001.

_____. _____. **Saberes e práticas da inclusão**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

_____. _____. Secretaria de Educação Especial. **Revista integração**. Ano 14, nº 24/2002.

_____. _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Texto- 9394/96**.. Brasília: MEC/SEESP, 1996.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **A discriminação em questão II**. Secretaria de Educação. Recife: 2002-16-12.

SKLIAR, Carlos (org). **Educação & exclusão. Abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1997.